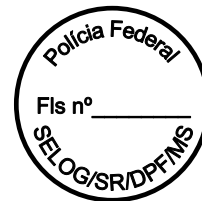




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2015
08335.001973/2015-81
ANEXO IV

---SIAPRO---
SR/DPF/MS
08335.zzzzz/2015-xx

Minuta do Contrato nº XX/2015-SR/DPF/MS

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM À
UNIÃO FEDERAL REPRESENTADA PELA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM
MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA**

A **UNIÃO**, através do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, órgão do **Ministério da Justiça**, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.394.494/0084-63, instalada na Rua Fernando Luiz Fernandes 322 – Vila sobrinho - Campo Grande/MS, neste ato representada pelo Senhor Superintendente Regional o Senhor **EDGAR PAULO MARCON, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, RG 8019.680.811 SSP/RS, CPF 433.571.640-00**, de acordo com suas atribuições legais, ínsitas no art. 38, inciso III, Portaria nº 1300/2003-MJ, de 04.09.2003, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa _____, CNPJ Nº _____, Inscrição Estadual _____, situada _____, neste ato representada pelo Sr. _____, Cargo, R.G. nº _____-SSP/MS C.P.F nº _____ residente à _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, RESOLVEM celebrar o presente **CONTRATO**, sujeitando-se às normas da lei 8.666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.032/95 e disposições regulamentares contidas no **Pregão nº 08/2015-Processo 08335.001973/2015-81** e cláusulas e condições a seguir enumeradas:

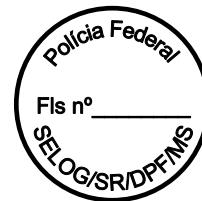
CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto - O presente CONTRATO tem por objeto regular a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, preventiva, corretiva e estética, de mecânica, elétrica, tapeçaria e pintura, com fornecimento e troca de peças em geral, para embarcações de uso da Delegacia de Polícia Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul, conforme descrito e especificado no edital do Pregão nº 08/2015 e seus Anexos, e nas condições prescritas em lei.

Parágrafo Primeiro – A frota atual da DPF/CRA/MS é composta conforme relação a seguir:

- Lancha NETUNO 6M Alumínio – 90HP-Yamaha;
- Lancha TUCUNA 6M Alumínio – 150HP-Yamaha;
- Lancha GAIVOTA-MARAJÓ 19 150HP-Yamaha;
- Lancha PARANAGUA-FLEX 500 1X150HP-Yamaha;
- Lancha CHACARA-FLEX 760M 2X200HP-Yamaha
- Flutuante de apoio às embarcações.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



a) O disposto neste documento aplicar-se-á também, desde que haja compatibilidade com a frota atual, a novas embarcações que venham a integrar o patrimônio da DPF/CRA/MS, por incorporação ou autorização de uso.

CLÁUSULA SEGUNDA - Dos Direitos da Contratante - A Lei confere à Administração a prerrogativa de:

- a. Modificar unilateralmente o presente Contrato para melhor adequá-lo as finalidades de interesse público, respeitando os direitos da Contratada;
- b. Rescindir unilateralmente o presente Contrato, nos casos do Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8666/93;
- c. Fiscalizar a sua execução;
- d. Aplicar as sanções previstas para inexecução total ou parcial do presente Contrato;
- e. Reter créditos da contratada para fazer face a prejuízos causados à contratante, até o limite desses prejuízos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Direitos da Contratada - São Direitos da Contratada:

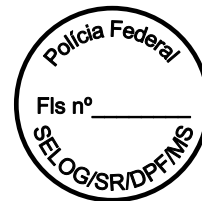
- a. Manifestar sua concordância ou não com as alterações contratuais envolvendo cláusulas econômico-financeiras e monetárias;
- b. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos casos de modificações contratuais realizadas unilateralmente pela Contratante, para a adequação às finalidades de interesse público;
- c. O ressarcimento de prejuízos regularmente comprovados, decorrentes de rescisão contratual baseada nas hipóteses do Art. 78, incisos XII a XVII da Lei 8666/93, desde que não haja culpa da contratada, conforme disposto no Art. 79, parágrafo 2º da referida lei. Caberá ainda à Contratada o direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - Das Obrigações da Contratante - São Obrigações da Contratante:

- a. Solicitar a execução de serviços através de formulário próprio, expedido pelo Fiscal do Contrato;
- b. Exercer a fiscalização dos serviços executados por meio de servidor designado pela DPF/CRA/MS, que deverá anotar em livro próprio todas as ocorrências com o fornecimento de peças ou serviços realizados, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou falhas observadas;
- c. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- d. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



- e. Rejeitar no todo ou em parte os serviços ou materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- f. aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- g. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- h. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações da Contratada - São Obrigações da Contratada:

Parágrafo Primeiro - Os serviços previstos, corretivos, preventivos e estéticos de mecânica, eletricidade, tapeçaria e pintura nas embarcações da DPF/CRA/MS, deverão ser executados nas instalações da licitante vencedora, no município de Corumbá – MS, após prévia aprovação de orçamento e emissão da Ordem de Execução dos Serviços expedida pela DPF/CRA/MS, a qual obriga-se a devolvê-los em perfeitas condições de funcionamento, e a realizar todos os serviços com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental adequados, observando-se as seguintes condições:

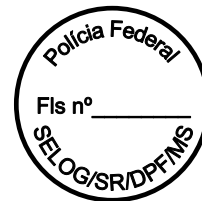
- a. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da CONTRATANTE, conforme documentos integrantes do Contrato e rigorosa observância aos demais detalhes e Ordens de Serviços emanadas e/ou aprovadas pelo Fiscal de Contrato, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços;
- b. Realizar conforme a orientação do fabricante os serviços de inspeção de qualidade das peças a serem fornecidas e nos serviços a serem executados.
- c. Fornecer sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, todos os aparelhos, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, etc, necessários para a completa realização dos serviços.
- f. Concluir os serviços contratados nos prazos estipulados neste Termo de Referência e/ou na respectiva ordem de serviço, reportando ao fiscal do contrato, para anuência, quaisquer motivos que impeçam o cumprimento deste prazo, entregando cada embarcação, após a execução dos serviços, **lavada e limpa, externa e internamente**.

Parágrafo Segundo - Quanto à responsabilidade e garantia dos serviços realizados.

- a. A contratada deverá garantir por um período mínimo de 06 (seis) meses os serviços e peças utilizadas, contados a partir da emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is) e/ou Fatura(s), sendo a garantia extensiva ao que terminar por último;
- b. Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a DPF/CRA/MS;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



c. A contratada ficará sujeita a aplicação de multas previstas em edital e/ou anexos, se a embarcação tiver que ser reparada mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

d. A CONTRATADA deverá Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa sua, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título

e. A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, à União ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

f. A CONTRATADA é responsável integralmente pelas embarcações recebidas da CONTRATANTE, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nelas contidas, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto, roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possível empresa SUBCONTRATADA ou terceiros, desde o momento do recebimento da embarcação para orçamento até a entrega do bem.

g. A CONTRATADA responderá por danos ou desaparecimento de bens materiais e avarias, inclusive os equipamentos acessórios, causadas por seus empregados, preposto ou subcontratada, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade a possível empresa SUBCONTRATADA ou terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – Quanto a fiscalização do contrato:

a. Os serviços contratados serão fiscalizados pela DPF/CRA/MS, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços executados, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93, que atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

b. Deverá ser fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

c. Serão empregados na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

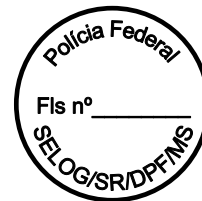
d. Será designado um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATADA.

e. Será iniciada, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite a execução das atividades conforme o estabelecido.

g. Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



h. Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

i. O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao chefe do SELOG/SR/DPF/MS que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a SR/DPF/MS e a empresa CONTRATADA.

Parágrafo Quarto – Quanto às peças utilizadas:

a. Deverão ser usadas somente peças, materiais e acessórios originais, com ou sem selo das montadoras, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados.

b. Sempre que solicitado, a contratada deverá comprovar a origem das peças e componentes utilizados na realização dos serviços contratados.

Parágrafo Quinto – Quanto à terceirização de serviços.

a. A CONTRATADA poderá terceirizar, atendidas as demais exigências deste Edital, os seguintes serviços: retífica de motor, tapeçaria, funilaria e pintura, responsabilizando-se pela segurança e integridade do bem contra danos materiais, furto, roubo, incêndio, intempéries da natureza de qualquer espécie, independente da inexistência de culpa ou dolo, que venha a atingir o patrimônio da União de forma parcial ou total, **não transferindo a responsabilidade à empresa SUB-CONTRATADA..**

b. Em havendo sub-contratação a empresa deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, condição indispensável, documento relacionando o(s) nome(s) da(s) sub-contratada(s), CNPJ, endereço completo, nome do responsável e respectivas declarações de que prestará os serviços nas embarcações do Departamento de Polícia Federal a mando e responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer tipo de vínculo com a União.

c. O Fiscal do contrato terá livre acesso às empresas sub-contratadas responsáveis pela execução de serviços terceirizados pela CONTRATADA para acompanhamento, esclarecimentos e fiscalização dos serviços, instalações, ferramental e capacidade técnica, bem como, a compatibilidade com as exigências deste Edital.

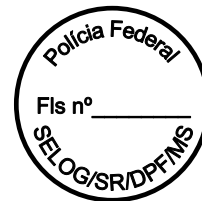
Parágrafo Sexto - Quanto aos testes dos veículos:

a) - Os deslocamentos para testes das embarcações realizados em logradouro público pela empresa CONTRATADA, somente poderá ocorrer com autorização da DPF/CRA/MS

CLÁUSULA SEXTA - Do Pagamento - O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até trinta (30) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo fiscal do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, e após consulta **ON - LINE** no **SICAF**, ou solicitação de comprovantes à contratada, da regularidade da situação fiscal da CONTRATADA. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



a. Da consulta ao **SICAF**, as declarações demonstrativas da situação fiscal da contratada serão impressas, assinadas por servidor do Serviço de Execução Financeira e juntadas aos autos do processo pertinente.

b. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo Primeiro – A Contratante estima o gasto anual para o presente contrato em **R\$ xxxx (xxxxxx mil reais) para serviços e R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxx mil reais) para peças**, conforme proposta final apresentada no Pregão nº 08/2015 SR/DPF/MS.

Parágrafo Segundo – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA no caso de irregularidade fiscal constatada no **SICAF** e enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo Terceiro - Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a **SR/DPF/MS**, reterá na fonte, o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar às empresas não Optantes pelo SIMPLES.

Parágrafo Quarto - Como critério de Encargos Moratórios dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, a SR/DPF/MS define como índice de atualização o Índice de Preço ao Consumidor Amplo-(IPCA), *pró-rata temporis*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX/100) / 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Quinto - O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento.

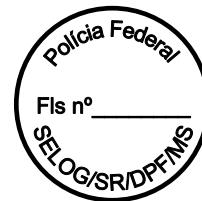
CLÁUSULA SÉTIMA - Prazo de Vigência - O presente contrato vigorará por doze(12) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração, ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA OITAVA - Das Rescisões - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua Rescisão com todas as consequências previstas neste instrumento e em leis ou regulamento, conforme os motivos elencados no Artigo 78 e Incisos aplicáveis da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Das formas de Rescisão - A Rescisão do presente Contrato poderá ser:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



1. Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante nos casos enumerados nos incisos I e XII do Artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

2. Com base nos incisos XII a XVII do art 78 da Lei 8.666/93, e, não havendo culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos que houver comprovadamente sofrido, tendo direito a:

a) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

b) pagamento do custo da desmobilização.

2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Contratante;

3. Judicialmente, nos termos da Lei.

Parágrafo Segundo - Os atos rescisórios serão formalizados nos termos da Lei, preservando-se o reconhecimento dos direitos da Contratante nas rescisões administrativas previstas no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Das Sanções - Pela inexecução total ou parcial, a Administração Pública garantida a prévia defesa, aplicará ao contratado as seguintes sanções.

Parágrafo Primeiro - Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida prévia defesa, rescindir o Contrato, caso a **CONTRATADA** venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI e XVIII da Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes sanções:

a) advertência;

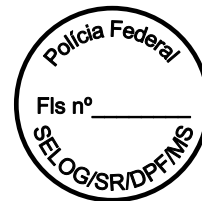
b) multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplente em caso de atraso injustificado no cumprimento às obrigações contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso;

c) pena de multa de 7% ou 10%, respectivamente, sobre o valor anual do contrato, em caso de inexecução parcial ou total da obrigação contratual;

d) suspensão de licitar e contratar com a Administração (conforme inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93);



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão também ser aplicadas concomitantemente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da dotação orçamentária - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Publicação - A publicação resumida deste Contrato, no Diário Oficial da União, será providenciada pela Contratante, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Fiscalização - Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, os serviços deste Contrato estão sujeitos a mais ampla, irrestrita e rigorosa Fiscalização pela CONTRATANTE, obrigando-se a CONTRATADA, a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados;

Parágrafo Primeiro – O Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, indicará um Fiscal do Contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização de sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, conforme estabelece o artigo 6º do Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997;

Parágrafo Segundo – A existência da Fiscalização por parte da CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação de serviços assumidos a serem executados;

Parágrafo Terceiro – À CONTRATADA cabe acatar as observações e decisões feitas pela Fiscalização, que serão formuladas por escrito em 02 (duas) vias e entregues mediante recibo, cabendo-lhe o direito de recurso ao Superintendente Regional do DPF em Mato Grosso do Sul, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

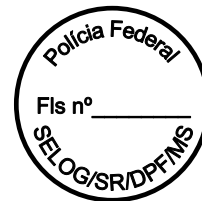
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do equilíbrio econômico-financeiro

Parágrafo Primeiro – A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

Parágrafo Segundo – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

II – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

Parágrafo Terceiro – Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

Parágrafo Quarto – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Das Vinculações - O presente Contrato está vinculado aos termos e condições previstos no Pregão nº 08/2015, e na proposta datada de ____/____/2015, apresentada na fase de Classificação da Licitação, os quais constituem parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Foro - Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato será competente o Juízo Federal - Subseção Judiciária Federal de Campo Grande em Mato Grosso do Sul, renunciando as partes contratantes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e como prova de haverem entre si ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato que, depois de lido e analisado, é assinado pelas partes e testemunhas abaixo qualificadas, em duas vias de igual teor e forma.

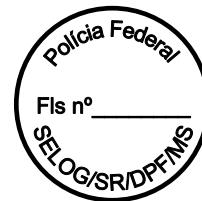
Corumbá/MS, XX de maio 2015.

CONTRATANTE:

CHANG FAN
Superintendente Regional



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



CONTRATADA:

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: a).....
CPF:

b).....
CPF:

MINUTA